



De 6 a 8 de Junho de 2018
Local: UNIARA - Unidade 1
Rua Carlos Gomes, 1338, Centro - Araraquara
Tel.: 16 3301.7126 | www.uniara.com.br/nupedor
Envio de resumos pelo site até dia 11 de maio

VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais

TERRA, TRABALHO E LUTAS NO SÉCULO XXI: PROJETOS EM DISPUTA
De 6 a 8 de Junho de 2018

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Analena Sousa da Silva¹

Arielle Agripina Cunha Rudink²

Gabriela Palla Ribas³

Matheus Grolla Martins⁴

Samuel de Mello Pinto⁵

Gabriela Mariano Mendonça⁶

: Paulo Eduardo Moruzzi Marques⁷

¹ Graduanda em Engenharia Florestal na ESALQ/USP

² Graduanda em Gestão Ambiental na ESALQ/USP

³ Graduanda em Gestão Ambiental na ESALQ/USP

⁴ Graduando em Gestão Ambiental na ESALQ/USP

⁵ Graduando em Engenharia Florestal na ESALQ/USP

⁶ Mestranda no PPGI em Ecologia Aplicada, CENA-ESALQ/USP

⁷ Professor Orientador LES/ESALQ/USP e PPGI-EA/USP



Introdução

O grupo de extensão e estudos Cajan (Comercialização Justa e Cultura Alimentar) integra o Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, ESALQ/USP. Entre suas atividades, o grupo vem desenvolvendo, desde o 2º semestre de 2017, um projeto fundado em referencial de circuitos curtos de proximidade, integrando os produtores do assentamento Milton Santos com a comunidade interna e externa do campus. Trata-se da distribuição de cestas de alimentos que respeitam a sazonalidade agrícola e os cultivos adaptados à realidade dos agricultores. Estas cestas são entregues quinzenalmente no Centro de Vivências da ESALQ/USP, quando paralelamente ocorrem atividades em torno de temas pertinentes.

Os produtos comercializados são obtidos, majoritariamente, na Cooperflora, cooperativa criada por nove famílias do assentamento Milton Santos, situado parte em Americana/SP e parte em Cosmópolis/SP. A Cooperacra, outra cooperativa situada em Americana/SP, complementa a cesta, que é composta também com outros produtos orgânicos obtidos das atividades do Núcleo de Agroecologia Nheengatu.

Os produtos do assentamento Milton Santos são reconhecidos como orgânicos graças ao dispositivo de Organização de Controle Social (OCS). Trata-se de uma modalidade participativa de reconhecimento da produção orgânica, fundado em relações de confiança entre produtor e consumidor.

Durante as entregas das cestas de alimentos, ocorrem ações visando aproximar ainda mais os consumidores, em sua maioria estudantes, com os agricultores, com a promoção de reflexões a respeito das condições de trabalho no campo, da sazonalidade da produção de alimentos, da segurança alimentar e da reforma agrária. Os principais indicadores deste projeto são o aumento no número de integrantes desta rede de consumo solidário: inicialmente 10 cestas eram distribuídas e, no início de maio de 2018, 38 cestas foram entregues. Notoriamente, o projeto representa uma alternativa de comercialização que une produtor e consumidores, favorecendo a agroecologia e o protagonismo da agricultura familiar, tendo um papel muito além de uma dimensão unicamente econômica.



O importante papel da agricultura familiar no abastecimento de alimentos e os circuitos curtos de proximidade

Como é muito divulgado com vistas a justificar o apoio de políticas públicas, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental no abastecimento alimentar dos brasileiros. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. Em razão deste lugar essencial da agricultura familiar no que se refere ao abastecimento de alimentos do país, é de grande importância fomentar o debate sobre temas relacionados às formas familiares de produção agropecuária no seio da sociedade.

Considerando a história da formação social brasileira e o cenário atual do país, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios como a competição com a agricultura empresarial, a aplicação de políticas neoliberais, a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, as instabilidades climáticas, a falta de assistência técnica, a precariedade nos sistemas de armazenagem/beneficiamento, o estado deplorável das vias de transporte e comercialização, as dificuldades de logística, o frequente baixo volume de produção associado à distância dos centros consumidores, as barreiras para tomar crédito bancário e a irregularidades das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A propósito, o governo Temer reduziu o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos que passou de R\$318 milhões em 2017 para R\$750 mil em 2018 (CONTAG, 2017).

Uma das formas que se difunde gradualmente enquanto solução consistente para a comercialização dos agricultores familiares é a economia solidária. Trata-se de estabelecer relações comerciais mais justas e solidárias entre o produtor e o consumidor. A economia solidária se refere a um conjunto de iniciativa associadas à estruturação de sistemas autogestionados de trocas envolvendo da forma mais direta possível produtor e consumidor. Nesta perspectiva, agricultores contribuem com a dinamização da economia local com o fornecimento de alimentos sem (ou com pouca) intermediação diretamente para os consumidores em circuitos curtos de proximidade (CCP), fugindo das cadeias longas sob controle de grandes empresas via de regra transnacionais. Segundo Gaiger (2001), a economia solidária no Brasil se expressa pela crescente presença de experiências associativas e autogestionárias de cunho econômico,



encorajadas pelas ações mobilizadoras de movimentos sociais, do sindicalismo e de inúmeras entidades civis dedicadas às práticas de entreatajuda e cooperação.

A economia solidária, segundo Singer e Souza (2000), reemerge de maneira um tanto tímida no Brasil na década de 1980, mas tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990 como resposta dos movimentos sociais à crise do desemprego, agravada pela abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional. Na agricultura, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais atores em torno destas iniciativas, fomentando notoriamente diferentes tipos de cooperativas nos assentamentos.

Entre os meios de promover a economia solidária, cada vez mais os circuitos curtos de proximidade, como mencionado acima, são vistos como alternativa para o fortalecimento socioeconômico da agricultura familiar. Estes circuitos de proximidade tendem a favorecer uma maior preocupação com a qualidade alimentar, além do que é visível e superficial nos produtos, considerando, por exemplo, sazonalidade da produção e os cuidados como os cultivos associados à promoção da saúde e à proteção do meio-ambiente.

O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO e MALUF, 2003) tende também a ser maior com a proximidade entre produtor e consumidor. De fato, os circuitos curtos favorecem uma comunicação direta entre o produtor e o consumidor, com o aumento das relações sociais entre o rural e o urbano, possibilitando trocas de saberes e experiências. Convém salientar aqui que os circuitos curtos de proximidade são constituídos por cadeias de comercialização com no máximo um intermediário entre produtor e consumidor, a venda direta sendo a modalidade de comercialização por excelência dos CCP.

Por fomentar a economia local e o consumo consciente de alimentos prezando por uma qualidade além da aparência dos produtos, os circuitos curtos de proximidade tendem a reduzir o preço final do alimento, principalmente no caso daqueles orgânicos. Esta redução de preços para o consumidor representa, na outra ponta, um maior valor agregado que o produtor recebe por seu produto.

Por outro lado, o agricultor nestes circuitos curtos de proximidade pode com mais facilidade ofertar produtos alternativos àqueles encontrados na grande distribuição, como os produtos alimentares não convencionais (PANC). Segundo o Secretário de



Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti, 90% da flora nativa do Brasil não são utilizadas na alimentação. Assim, o desenvolvimento de uma mudança no hábito alimentar dos brasileiros para que se alimentem de forma mais diversa constitui um grande desafio em diferentes campos (alimentação, saúde, preservação ambiental).

O assentamento Milton Santos e suas inovações agroecológicas

A implantação do assentamento Milton Santos teve início no final de 2005. Situado na divisa entre os municípios de Americana e Cosmópolis/SP, o assentamento se encontra em região peri-urbana, cercado pelo monocultivo de cana de açúcar.

Estas terras do assentamento já foram ocupadas com culturas de café, algodão e soja, mas anteriormente a sua implantação existia o cultivo intensivo de cana de açúcar. Sua área é de 103,45 hectares, dos quais 20,88 ha constitui a Reserva Legal, 10,88 ha a Área de Preservação Permanente e as áreas agrícolas, comuns ou de moradias ocupam 71,84 ha (GASPARI, 2016, p. 88).

Desde sua implantação, o assentamento conhece problemas de infraestrutura, em particular no que diz respeito à adequada distribuição de água. Como cada família dispõe apenas de cerca de 1 hectare, os assentados privilegiam notoriamente a produção de hortaliças, legumes, além da criação de pequenos animais, as galinhas e patos sendo aqueles encontrados com maior frequência.

A mobilização com vistas à obtenção de terras para o assentamento se fundamentou na perspectiva de disseminação da proposta de Comuna da Terra. Concebido no âmbito do MST, trata-se de um projeto de assentamento no qual as terras são próximas aos grandes aglomerados urbanos e os assentados são originários principalmente das periferias das grandes cidades. Assim, as famílias podem conservar sua rede prévia de relacionamentos urbanos, permitindo grande interação entre o rural e o urbano. A agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos dos assentamentos Comuna da Terra, além do acesso coletivo à concessão da terra ser privilegiado (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014). No caso do assentamento Milton Santos, sua localização muito próxima a grandes centros consumidores, como São Paulo e Campinas, constitui um fator em princípio muito favorável à comercialização dos produtos (KHATOUNIAN, 2010).



Pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL, inscrito do Diretório de GP do CNPq) sobre a implantação destes assentamentos próximos a regiões metropolitanas levantam uma série de questões pertinentes para alimentar o debate sobre a reforma agrária. De fato, trata-se sobretudo de discutir em que medida, mesmo em muito pequenas unidades de produção agrícola, os assentados possam dispor de oportunidades compensatórias de comercialização de seus produtos ou de oferta de seus serviços. As respostas a esta questão permitem tratar de uma possibilidade pertinente de gestão pública destes territórios numa perspectiva de inclusão social fundada em primeiro lugar sobre o trabalho na agricultura (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014, p. 175)

Por outro lado, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento se inscreve na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esta aqui foi inicialmente concebida para a realidade amazônica na perspectiva de unir a proteção ambiental e o desenvolvimento dos assentamentos. Assim, o PDS favorece em princípio ênfases agroecológicas (GASPARI, 2016).

Considerando a origem urbana de muitas famílias instaladas no assentamento Milton Santos, convém destacar a importância da assistência técnica para o desenvolvimento das produções locais. No entanto, o INCRA deixa muito a desejar neste campo, notável com a descontinuidade dos serviços de ATER presentes no assentamento. Neste quadro, o apoio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ, criado em 2010 e desde 2012 realizando diversas oficinas e vivências com os assentados, com grande engajamento de estudantes, constitui um meio considerado pelas famílias como muito consistente para auxiliá-los em processos de transição agroecológica e de comercialização de seus produtos alimentares.

Desde 2014, uma das ações do Núcleo de Agroecologia Nheengatu com mais repercussão se caracteriza pelo apoio a implantação e consolidação de Organizações de Controle Social (OCS), tendo grande interesse acadêmico por representar inovação considerável no reconhecimento da produção orgânica, Trata-se de uma forma para obter reconhecimento da qualidade orgânica muito apropriada para as condições das famílias do assentamento.



Desta forma, três OCS foram implantadas no assentamento, denominadas “Recanto Feliz”, “Horta Coletiva” e “Terra Viva”. Esta última se destaca por seu maior envolvimento com o MST, devido à presença de uma ativa militante no movimento, e por ser constituída majoritariamente por mulheres. É fruto dos esforços desta OCS Terra Viva que nasce o sistema de economia solidária focalizado neste estudo.

A distribuição de cestas de alimentos na ESALQ/USP graças a uma ação na perspectiva de economia solidária

A OCS Terra Viva se caracteriza sobretudo portanto por sua liderança feminina. De fato, trata-se de mulheres da terceira idade protagonistas das decisões e ações do grupo. Temas como o planejamento produtivo, a sistematização de experiências agroecológicas e a autonomia política e econômica das mulheres se expressam claramente nas discussões em torno da condução de atividades coletivas. Assim, ocorrem mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias que constituem o grupo e iniciativas com vistas a aumentar a bagagem de conhecimentos técnicos associados à agroecologia (MORUZZI MARQUES; GASPARI: ALMEIDA, 2017).

Esta OCS deu origem a uma cooperativa COOPERFLORA, que conta com 10 famílias filiadas, para quem os grupos Terra e Cajan colaboram para organização e planejamento produtivo e comercial. Neste plano de apoio às atividades de comercialização, a partir do desenvolvimento da distribuição de cestas de produtos principalmente orgânicos para grupos de consumo solidário em cidades próximas ao assentamento (notadamente, Americana e Paulínia), foi proposta a destinação de cestas para distribuição na ESALQ/USP.

A princípio, foram comercializadas no segundo semestre de 2017 cerca de 15 cestas de alimentos quinzenalmente. Estas cestas ainda recebem alguns produtos do Grupo “Amaranthus” de Agricultura Orgânica, também ligado ao Núcleo de Agroecologia Nheengatu. Em maio de 2018, 38 cestas foram entregues nesta escola. O crescimento deste grupo de consumidores solidários demonstra a repercussão positiva das ações propostas de apoio à comercialização das famílias assentadas.

De fato, a comercialização das cestas na universidade tem como objetivo, além de escoar quinzenalmente os produtos da agricultura familiar assentada local, promover



a reflexão na comunidade esalqueana sobre a produção dos alimentos no que se refere à sua origem, sua forma de produção e seus impactos socioeconômicos. Trata-se de um meio de incentivar um consumo consciente, aprofundando o conhecimento sobre a agricultura familiar, condições do trabalho no campo, sazonalidade da produção de alimentos, reforma agrária e segurança alimentar.

Este projeto de distribuição das cestas observa princípios da economia solidária e do referencial de circuitos curtos de proximidade (MORUZZI MARQUES; MOAL e ANDRADE, 2014). A valorização do trabalho realizado pelos agricultores, o maior respeito pela natureza, maior autonomia econômica e o estabelecimento de maiores laços de solidariedade entre produtor e consumidor constituem pilares destes princípios.

A montagem e a comercialização das cestas ocorrem com a abertura dos pedidos das cestas que é realizado via internet, em uma plataforma chamada “type form”, com solicitações diretas a partir dos e-mails institucionais da ESALQ e via redes sociais, com uma página do Facebook. Para realizar o pedido, o interessado deve aceitar um termo de compromisso e preencher seus dados pessoais e indicar a quantidade de cestas que deseja adquirir.

Figura 1: Chamada para pedidos de cestas de alimentos em questão

CESTAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Data de entrega: **22/05, terça-feira (11h00 à 13h30)**
Até quando pedir? **18/05**

FAÇA SUA RESERVA!

- ▶ Compostas de R\$ 25 em produtos variados (verduras, legumes, frutas e 1 especial).
- ▶ As entregas serão realizadas no Centro de Vivências (C.V.)

NHEENGATU



Após cinco dias, os pedidos de solicitação de cestas são fechados e são calculadas as quantidades de produtos que devem ser entregues. Com estes números, a Cooperflora é acionada para preparar os produtos solicitados para a montagem das cestas, que é composta por seis alimentos principais (verduras, frutas e legumes) e outro denominado especial, não incluído no preço da cesta, geralmente uma PANC ou um excedente da produção. Alimentos processados também são incluídos na cesta (bolachas, pães, doces). Dias antes de sua entrega, é enviado para todos que solicitaram cestas um lembrete do dia e horário da distribuição.

Figura 2: Produtos entregues na cesta de consumo solidário.





Considerações finais

Os grupos Cajan, Terra e outros que compõem o Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP visam favorecer processos de transição agroecológica de agricultores familiares. Os temas do consumo responsável e da biodiversidade alimentar se coadunam com este objetivo, constituindo ideias favoráveis a promoção de formas de comercialização alternativas para produtos agroecológicos.

A distribuição de cestas orgânicas com produtos fornecidos pela Cooperflora do assentamento Milton Santos (complementada com alimentos fornecidos por outros parceiros do projeto) se funda em princípios da economia solidária e dos circuitos curtos de proximidade, consistindo em ação das mais pertinentes para a realização dos objetivos do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP. Assim, é promovida a aproximação da comunidade esalqueana e piracicabana a agricultores familiares assentados, o que permite constituir um espaço importante de debate e reflexão sobre temas como reforma agrária, sazonalidade da produção de alimentos, agricultura familiar, segurança/soberania alimentar, produtos alimentares não convencionais, circuitos curtos de proximidade e agroecologia.



Referências Bibliográficas

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Sistema Confederativo CONTAG reage a cortes no orçamento para a Agricultura Familiar.

Disponível em:

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12535&mt=1&nw=1>. Acesso em: 27 maio 2018.

GASPARI, Luciane Cristina; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2018). “O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP”. **Revista NERA** (UNESP), v. 21, p. 85-101.

KHATOUNIAN, C. A.FERREIRA, Tauan Manieri et al. ORGANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS. 2010

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de e GASPARI, Luciane de (2014), “Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo”. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, Araraquara: UNIARA, pp. 161-178.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; MOAL, Marcos Le; ANDRADE, Ana Gianfrancesco. Freire (2014), “Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão”. **Ruris**, v. 8, Campinas: UNICAMP, pp. 63-89.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; GASPARI, Luciane Cristina; ALMEIDA, Bruna (2017). “Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, nº 3, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 545-560.